

## Gabinete médico-legal da Comarca de Santarém “não está esquecido”

segunda, 21 janeiro 2019



A ministra da Justiça disse que a criação do ambicionado Gabinete de Medicina Legal e Forense da Lezíria do Tejo (GML) na Comarca de Santarém, única sem esta valência a nível do país, é assunto que “não está esquecido”.

“O trabalho da criação do gabinete está em curso. O Ministério da Justiça está a trabalhar nessa matéria em conjunto com o Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses”, garantiu Francisca Van Dunem esta segunda-feira, 21 de janeiro, à saída da cerimónia da inauguração oficial do novo Juízo de Competência Genérica de Almeirim, que funciona desde odia 4 de janeiro nas antigas instalações da Junta de Freguesia da cidade.

A ministra reconheceu ainda que o juiz presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém, Luís Miguel Caldas, teve “inteira razão” ao relembrar o atraso na concretização do gabinete, que foi criado em 2013.

A não existência deste gabinete tem tido “reflexos negativos, já constatados e transmitidos, na celeridade processual e nos tempos de resolução dos processos judiciais, especialmente nos juízos de Almeirim, Cartaxo, Coruche e Santarém”, disse Luís Miguel Caldas no seu discurso, onde aproveitou para reivindicar também a construção do Palácio de Justiça III, em Santarém.

O juiz presidente referiu que entregou há mais de um ano uma exposição sobre este assunto, assinada por todos os membros do Conselho Consultivo da Comarca de Santarém, organismo que classifica esta intervenção como “estrutural e fundamental”, e para “a qual existe um espaço destinado”, no antigo quartel da Escola Prática de Cavalaria.

### **Ministra pediu final da “autoflagelação” dos agentes judiciários**

No seu discurso, a ministra da Justiça considerou que as greves e os protestos dos agentes da justiça dão uma imagem “muito negativa” da globalidade do sistema judicial, que, no seu entender, “não tem justificação”.

“Os agentes da justiça tendem a autoflagelar-se em público, o que acaba por passar para a opinião pública a perceção que o sistema não funciona, não é célere e nem é justo”, lamentou Francisca Van Dunem, numa cerimónia em que marcaram presença a secretária de Estado da Justiça, Helena Mesquita Ribeiro, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, António Joaquim Piçarra, e o vice-presidente do Conselho Superior de Magistratura, Mário Belo Morgado, entre outros altos responsáveis de órgãos do mundo judicial.

“O sistema tem mostrado uma capacidade de resposta bastante grande” e até tem melhorado nos últimos anos, defendeu a ministra, dando como exemplo que, desde 2015, registou-se uma “redução na pendência processual na ordem dos 400 mil processos”.

No final da cerimónia, Francisca Van Dunem frisou que não se estava a referir a nenhum grupo profissional em particular, sejam juízes, magistrados do Ministério Público ou oficiais de justiça, que podiam até “congregar” num “pacto virtuoso” para mudar a “perceção errónea” da justiça.

“Não me refiro a greves em concreto. Refiro-me às muitas coisas positivas que o sistema de justiça tem, como o processo de modernização em curso, e a que se dá, de facto, muito pouca atenção”, salientou.

O caso do novo tribunal de Almeirim, que em 2014 chegou a ser considerado o pior do país e agora está num novo edifício com “a mais moderna tecnologia ao serviço dos agentes da justiça”, é um exemplo, considerou a ministra.